

Eleição & inflação

Noênio Spinola

Cheio, o auditório do Banco Central em Brasília parecia, no fim da semana passada, um laboratório onde o principal instrumento de trabalho fosse a luneta. Não, não era uma reunião de astrônomos, ainda quando a perplexidade estampada no rosto de algumas pessoas sugerisse a existência de alguns lunáticos. O que se poderia esperar de uma platéia daquelas, formada por burocratas e convidados de todos os quadrantes da economia, para passar em revista a realidade política contemporânea?

Dez anos atrás, quando a tecnocracia imperava e a última palavra sobre os problemas nacionais nascia em retortas mexidas nos gabinetes, as soluções propostas seriam eminentemente técnicas. Agora, o tom dos oradores é todo político. Aos poucos a sociedade brasileira, e os burocratas em particular, parece ir se convencendo de que o repertório de medidas ao alcance dos economistas se esgotou. Pobre Ministro Mailson da Nóbrega, dizem todos com aquele ar de condescendência que quase parece um elogio à capacidade de resistência desse homem no cargo. Só lhe sobram na verdade as armas das taxas de juros e o câmbio.

A calma com que as mesas de ouro e dólar encerraram a semana provam que Mailson da Nóbrega está com o pulso firme nesse último leme que lhe sobra. Com taxas altas como nunca e a possibilidade da racionalidade descer sobre o nosso *lar comum* brasileiro, seja pela mão de Lula, seja de

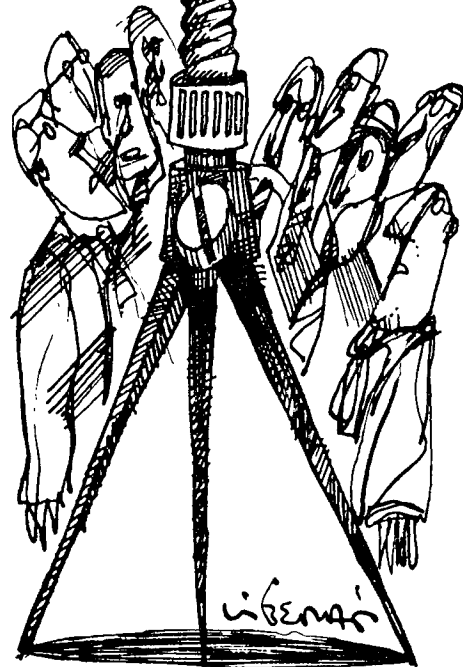
Collor de Mello, ninguém parece disposto a arriscar muito em investimentos especulativos. O que não quer dizer, contudo, que todos não estejam com o dedo pronto no gatilho para disparar ao menor sinal de alarme.

Com Mário Henrique Simonsen afirmando que as taxas reais de juros estão elevadas assim porque a psicologia popular cobra caro pela falta de credibilidade do governo no fim do mandato — como acontece com a maioria dos governos nas vésperas, ou perto de eleições, a exemplo até de Mrs. Thatcher —, todos olham para os lados e fazem então a próxima pergunta. Se a saída é política, qual será a saída?

Um brilhante e discreto professor da Fundação Getúlio Vargas recentemente analisou as contas nacionais para um grupo de empresários, metendo o dedo nas feridas. Pessoal e encargos sociais representam percentualmente quase o mesmo que os encargos com a dívida interna e liberações de crédito feitas pelo governo. Portanto, não basta a um governo Collor de Mello — por hipótese — atacar apenas na ponta do funcionalismo. Se não atuar nas outras, estará perdido.

Simonsen, ao afirmar que a volta da credibilidade política reduzirá instantaneamente os custos financeiros da União, já indica uma saída. É uma espécie de magia que se tem de pagar para ver, mas em outros países que passaram por hiperinflação e desajustes semelhantes aos brasileiros a restauração da credibilidade foi o maior ingrediente para os ajustes.

O caso brasileiro tem um único senão: esse



maravilhoso cenário político pode não se completar por vários motivos, e um deles é que a engenharia partidária nos conduziu até aqui a uma espécie de exercício no escuro. Compare-se o Brasil com os Estados Unidos: alguém que vencesse em todos os colégios eleitorais estaduais nos EUA estaria em uma situação inteiramente diferente de Collor de Mello aqui, na disputa com Lula. Enquanto os norte-americanos vão às urnas a cada dois anos para renovar a câmara de deputados, nós aqui iremos às urnas em 1990 depois de eleger o presidente para entrar numa aposta por mais quatro anos onde o fator fundamental pode ser o renascimento da oposição por conta das medidas (políticas) indigestas que um novo governo deverá tomar no início do mandato, se desejar fazer um jogo da verdade. Sobra, como última esperança, a pressão popular para que uma ineficiente engenharia política produza consenso, tal como aconteceu na Espanha com seus famosos Pactos Sociais. Muito a propósito, de Moncloa ao AES de Felipe González, os pactos giraram do centro-direita para o centro-esquerda. A capacidade popular e política de produzir racionalidade foi determinada por um elemento externo: a presença do Mercado Comum Europeu e a alternativa de a Espanha se condenar ao isolacionismo e ao atraso, ou se reformar e progredir. Nós, aqui, não temos um Mercado Comum para olhar. Não temos nada, na verdade, para olhar por perto.